



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO  
**PROJETO DECRETO LEGISLATIVO**

Susta os efeitos da Instrução Normativa RFB nº 2.219, de 17 de setembro de 2024, da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre o compartilhamento de dados de cartões de crédito e transações via PIX acima de R\$ 5.000,00 para pessoas físicas e R\$ 15.000,00 para pessoas jurídicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam sustados os efeitos da Instrução Normativa RFB nº 2.219, de 17 de setembro de 2024, da Receita Federal do Brasil, que estabelece o compartilhamento compulsório de dados de cartões de crédito e transações financeiras via PIX acima de R\$ 5.000,00 para pessoas físicas e R\$ 15.000,00 para pessoas jurídicas, entre instituições financeiras e a Receita Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação:**

A Instrução Normativa RFB nº 2.219, de 17 de setembro de 2024, editada pela Receita Federal do Brasil, ao determinar o compartilhamento compulsório de dados bancários referentes a transações de cartão de crédito e PIX acima de R\$ 5.000,00 para pessoas físicas e R\$ 15.000,00 para pessoas jurídicas, fere o princípio constitucional do sigilo bancário, conforme previsto no artigo 5º, inciso X e XII, da Constituição Federal.

O sigilo bancário é uma garantia fundamental que protege a privacidade dos cidadãos em relação aos seus dados financeiros, cabendo ao Estado zelar para que essa garantia seja respeitada. A quebra dessa proteção somente pode ocorrer em situações excepcionais e mediante autorização





SENADO FEDERAL

SF/25013.18082-79

judicial, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida adotada pela Receita Federal extrapola o poder regulamentar da administração pública, uma vez que impõe obrigações não previstas em lei e viola direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros. Além disso, há um evidente risco de utilização abusiva ou indevida desses dados, gerando insegurança jurídica e desrespeito à confidencialidade das informações financeiras.

Ademais, a massiva coleta de informações financeiras de forma indiscriminada, sem indícios concretos de irregularidades ou fraudes, configura um monitoramento excessivo e desproporcional, incompatível com os preceitos de um Estado Democrático de Direito.

Portanto, a sustação dos efeitos da referida Instrução Normativa é medida necessária para preservar o princípio do sigilo bancário, a segurança jurídica e os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO**  
**REPUBLICANOS/MG**

